

segunda discussão do Regimento Interno.

Levantou-se a Sessão às duas horas = Visconde de Santo Amaro, Presidente = João Antonio Rodrigues de Carvalho = Francisco Carneiro de Campos.

Sessão 35.<sup>a</sup> No dia 22 de Junho de 1826.  
Presidencia do Sr. Visconde de Santo Amaro.

Aberta a Sessão foi lida, e approvada a Acta da antecedente.

#### Ordem do dia

Entrou em primeira discussão o Projecto de Lei do Sr. Visconde de Paranaguá, sobre a Navegação dos Navios da Marinha Mercante, e depois de discutido, venceu-se o passar para a segunda discussão.

Igualmente entrou na primeira discussão outro Projecto de Lei do Sr. Gomide, para se concederem gratificações ao Dono de todo o Navio d'ora em diante construido no Brazil.

O Author do Projecto mandou a Mesa a Indicação

Requeiro que o meu Projecto fique adiado, pois se comprehende no do Sr. Visconde de Paranaguá. Saco do Senado 22 de Junho de 1826. = Gomide.

Terminadas as competentes discussões, o Sr. Presidente propoz o adiamento do Projecto, e como não se approvase, propoz se passaria a segunda discussão, e decidio-se que não.

Continuou a segunda discussão do Projecto do Regimento Interno, a respeito do Artigo 88, onde hontem ficara adiado.

Ultimado o debate, o Sr. Presidente propoz o Artigo á votação, e a Camara o approvou.



Em consequencia porem de algumas reflexões que havião occorrido durante a discussão, o Sr. Presidente passou a propor

1.<sup>o</sup> Se haveria hum signal demonstrativo de converter-se a Camara em Commissão geral. Respondeu-se que não.

2.<sup>o</sup> Se o Orador pode fazer menção de outro qualquer Artigo, que tenha relação com aquelle que se estiver discutindo. Venceu-se que sim.

Passou-se depois a discutir o Artigo 89, que sendo posto a votação, foi approvado.

O Artigo 90 foi tambem approvado com a seguinte redacção.

„Para a terceira discussão será o Projeto reduzido a forma regular, e corrigido com as emendas que houverem sido approvadas..“

Em sequimto se discutirão depois, e se approvarão sem alteracão os Artigos que decorrem desde 91 a 108 inclusive.

Tratando-se da discussão do Artigo 109 afforcesse a emenda aditiva

„A votação secreta não deve ser somente restricta as eleições das pessoas; devendo ser adoptada tambem em todas as cases em que houverse sem fundado recuo de que o Senador, votando publicamente, não dispen o seu voto com liberdade.“ — Visconde da Graia Grande.

Foi apoiada, e dando-se a materia do Artigo, e da Emenda, por discutida, o Sr. Presidente consultou a Camara, e esta approvou o Artigo, e requitou o aditamento.

Verificando-se o respectivo debate sobre os Artigos 110, e 111, ambos foram approvados.

No acto de passar a discutir-se o Artigo 112, ponderou o Sr. Visconde del Barbacena, que seria conveniente transferir para aquelle lugar o Artigo 24, que por engano da Redacção se achava inoportunamente collocado.



Consultando o Sr. Presidente a Camara sobre este objecto, venceu-se a transferencia indicada, assim como a supressão do Artigo 112.

Proseguio a discussão, e successivamente se approvarão os Artigos desde 113, até 129 inclusive.

Na occasião do debate do Artigo 130, vierão à mesa, e forão apreciadas as seguintes emendas:

"Proponho que este titulo volte à Commissão para estabelecer o methodo que deve seguir a Commissão de Petições com os requerimentos que se fazem ao Senado, e o modo de se tomar sobre elles deliberacão. — Barrero."

"Artigo 130. As petições serão entregues à Commissão de petições, e esta as distribuirá ás Commissões a que pertencerem, conforme a natureza do negocio."

"Artigo 131. No caso da Commissão de petições julgar que a materia não he da competência do Senado, dará o seu parecer, e o apresentará à Camara. — Carvalho."

Havendo-se esta materia por discutida, o Sr. Presidente propoz:

1.º Se a Camara approvara o Artigo como estava. Venceu-se que não.

2.º Se approvara a Emenda do Sr. Barrero. Decidiu-se que não.

3.º Se deveria nomear-se humas Commissão de Petições. Assim se venceu.

4.º Se a Camara convinha em approvar os dois Artigos constantes da Emenda do Sr. Carvalho, suprimindo-se em consequencia os Artigos correspondentes do Regimento. Venceu-se que sim.

Depois d'isto entrarão em discussão os Artigos 132, 133, 134, e 135, e pondo-os o Sr. Presidente à votacão, successivamente



61  
forão approvados, suprimindo-se no Artigo 134 a palavra "identica".

A discussão do Artigo 136 adiou-se por ser dada a hora.

Designou o Sr. Presidente para a Ordem do Dia, 1.º a nomeação da Comissão de Petições; 2.º a 3.ª discussão do Regimento dos Conselhos Gerais de Provinces; e se houver tempo, a 2.ª discussão dos Projectos de Lei, declarando o Artigo 6.º da Constituição do Império, e regulando a execução da sentença de pena de morte.

Levantou-se a sessão ás duas horas. — Visconde de Santo Amaro, Presidente. — João Antonio Rodrigues de Carvalho, 1.º Secretário. — Francisco Carneiro de Campos.

Sessão 36.ª

No Dia 23 de Junho de 1826

Presidencia do Sr. Visconde de Santo Amaro.

Monta a sessão foi lida, e approvada a Acta da antecedente.

Leu-se pela segunda vez o Parecer da Comissão de Legislação sobre o officio do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justica, em que participava o resultado das Comissões Militares criadas nas Provinces de Pernambuco, e do Ceará.

Depois de terminar a discussão, foi approvado o Parecer, e propondo então o Sr. Presidente, em consequencia de algumas reflexões que tinham precedido, se deveria officiar-se ao Ministro da Justica, que o Senado fica inteirado do resultado das Comissões referidas, e que julga cumprido o seu dever quanto a participação: assim se resolveo.

O Sr. Visconde de Barbacena, Sr.